

A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

*Nilson Maciel de Paula**

*Silvia A. Zimmermann***

Resumo: As dimensões da pandemia do Coronavírus têm extrapolado o escopo de uma crise sanitária, numa sincronia nefasta com mazelas econômicas, políticas, sociais e ambientais, a partir das quais o “vírus da fome” se propagou visivelmente, desafiando a pauta política em diferentes países, inclusive no Brasil. Conforme o Inquérito realizado pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, através do Projeto Vigisan, 55% da população brasileira estava em estado de insegurança alimentar e 19% passavam fome, indicando que as privações causadas pela pandemia do Coronavírus se somaram a pandemias associadas ao empobrecimento e à desigualdade já instaladas na sociedade. A partir de referenciais bibliográficos, sobretudo nos dados do Inquérito da Rede Penssan, o objetivo deste artigo é discutir os determinantes da insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19. Entre os resultados, o Inquérito Vigisan mostra que a insegurança alimentar não resultou apenas da pandemia da Covid-19, mas também de decisões planejadas de desmantelamento de políticas públicas de proteção social, seguindo uma orientação neoliberal de fragilização de instituições públicas e de uma disciplina fiscal que tem desidratado programas sociais, em particular aqueles voltados para soberania e segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: insegurança e segurança alimentar; Brasil; pandemia da Covid-19.

FOOD INSECURITY IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIC OF COVID-19 IN BRAZIL

Abstract: The dimensions of Coronavirus pandemic have stretched beyond the scope of a sanitary crisis, in a harmful synchrony with economic, political, social and environmental severe disruptions, from which the “hunger virus” spread, challenging the political agenda in different countries, including Brazil. According to the Survey carried out by the Brazilian Research Network on Sovereignty and Food and Nutritional Security (Penssan Network), in December 2020, through the Vigisan Project, 55% of Brazilian population were in a state of food insecurity, and 19% suffered from hunger, indicating that the deprivations caused by Coronavirus pandemics added to the pandemics of impoverishment and inequality already installed in society. Based on bibliographic references, especially on data from the Penssan Network Survey, the objective of this paper is to discuss the determinants of food insecurity in the context of the Covid-19 pandemic. Among the results, the Vigisan Survey shows that food insecurity is not a only result of the Covid-19 pandemic, but also of planned decisions aiming to dismantle public policies of social protection, following a neoliberal orientation of a neoliberal that has

* Professor sênior do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro da Coordenação Executiva da Rede Penssan. Email: nilson@ufpr.br.

** Professora da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ), Observatório das Agriculturas Familiares Latino Americanas (AFLA/UNILA e UFRGS) e membro da Coordenação Executiva da Rede Penssan. Email: silvia.zimmermann@unila.edu.br.

weakened public institutions, and of a fiscal discipline that dehydrated social programs, particularly those related to sovereignty food and nutritional security.

Keywords: food insecurity and security; Brazil; Covid-19 pandemic.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 mal tinha começado e o mundo se viu assolado pela pandemia da COVID-19. As simultâneas crises sanitária, econômica, política, social e ambiental, trouxeram também o “vírus da fome”, contribuindo para o aumento da fome em um mundo já faminto, dado que em 2019 estimava-se 821 milhões de pessoas em insegurança alimentar no mundo, das quais 149 milhões estavam em situação de crise de fome ou em situação ainda pior (OXFAM, 2020, p. 1).

No Brasil, esta realidade não é diferente. Segundo investigação realizada pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, através do Projeto Vigisan, 55,2% da população brasileira estava em estado de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021), indicando que as privações causadas pela pandemia do Coronavírus se somaram às pandemias do empobrecimento e da fome.

O Inquérito da Rede Penssan teve como ferramenta a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), sendo aplicado numa amostra de 2180 domicílios localizados em 128 municípios, dos quais 1662 domicílios urbanos e 518 domicílios rurais. A investigação identificou que a proporção da população em condições de insegurança alimentar, em seus diferentes níveis, aumentou comparativamente aos valores encontrados em levantamentos anteriores. Ou seja, a insegurança alimentar no Brasil tem se agravado enquanto a sociedade enfrenta as adversidades impostas pela disseminação do novo Coronavírus.

As informações levantadas pelo Inquérito da Rede Penssan estão circunscritas ao contexto da pandemia, sendo a severidade desse fenômeno associada à determinantes socioeconômicos, entre os quais se destacam o poder de compra, as desigualdades sociais e diferenças regionais. Nesse sentido, a pesquisa revela um mapa social e um mapa espacial da insegurança alimentar no país, com base nos quais é possível perceber que a fome, mesmo invisível aos olhos de parte da sociedade, está estruturalmente instalada na vida social. Embasados em referenciais bibliográficos, sobretudo nos dados do Inquérito da Rede Penssan, este documento discute alguns determinantes da insegurança alimentar

no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil e trata das vítimas históricas e as novas vítimas da fome no país, finalizando com as considerações finais.

1. DETERMINANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A propagação da pandemia da Covid-19 no Brasil tem causado um número de mortes sem precedentes, podendo ultrapassar 400 mil no início de maio/2021, enquanto o também alarmante número de contaminados segue em ascensão permanente, sem previsão de que tal tragédia seja contida no futuro próximo. Mais impactante ainda, o choque causado por este cortejo fúnebre, revelado por notícias e estatísticas diárias que alertam para um incontornável colapso do sistema de saúde, se soma a outras pandemias já existentes, entre as quais se destacam a da fome e da pobreza. Formou-se assim uma interação sindêmica entre a vulnerabilidade social de um massivo contingente populacional e a crise sanitária, de forma que precárias condições de vida favorecem a propagação do vírus ao mesmo tempo em que esta contribui para um agravamento daquelas (HORTON, 2020). Tendo em vista a profunda desigualdade social que marca a sociedade brasileira, a letalidade da pandemia tem sido maior entre as famílias já vivendo em piores condições, onde a interface entre a crise sanitária e as demais crises já instaladas é mais pronunciada.

Uma das consequências mais visíveis e preocupantes nesse contexto de superposição e determinação mútua entre crises sanitária, política, econômica e social se refere ao agravamento da insegurança alimentar, num processo que deteriora ainda mais a situação de grupos já fragilizados e absorve outros ainda alheios a essa realidade. No entanto, embora tenham aumentado como consequência da pandemia, a pobreza e a fome são aspectos estruturais de uma sociedade profundamente desigual, cujas dimensões foram particularmente ampliadas quando uma agenda neoliberal de desmonte de políticas de proteção social passou a ser executada (COHON, 2020). Sob a implacável asfixia da austeridade fiscal, o Estado brasileiro, obediente às recomendações do mercado financeiro, desidratou programas de estímulo à oferta de alimentos pela agricultura familiar (SABOURIN *et al*, 2020), a exemplo do PAA e PNAE, o que contribuiu decisivamente para o aumento do desemprego e da informalidade no país (AIN, 2020), além de uma disciplina orçamentária que, através do teto de gastos, reduziu os gastos obrigatórios em áreas essenciais para a população, com saúde e educação.

O governo se desfez de seu protagonismo na promoção do desenvolvimento na crença de que a redução do “custo” da força de trabalho, sob a predominância da informalidade, combinada com um Estado mais enxuto, impulsionaria o crescimento econômico e elevaria o poder de compra das camadas sociais empobrecidas, numa visão tardia do gotejamento (*trickle down economics*). Em tais condições, num nítido contraste com a orientação adotada pelos governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2015, quando o Brasil saiu do mapa da fome, segundo critérios da FAO, a insegurança alimentar recrudesciu a ponto de reverter tendências prévias (ARRETCHE; MARQUES; FARIA, 2019).

Dessa forma, não se deve interpretar a fome e a pobreza como eventos espontâneos incontornáveis, mesmo em circunstâncias de crises severas, mas como resultado de opções políticas e de organização de um sistema econômico que negligenciaram deliberações presentes na constituição de 1988, que preconizava a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Para tanto, reconhecia-se a necessidade de políticas inclusivas, orientadas pelo direito humano a uma alimentação saudável, à saúde, à educação universal, a condições satisfatórias de habitação e de saneamento básico, etc. Entretanto, os governos pós 2016 optaram por trilhar um caminho oposto abrindo um terreno fértil para o avanço da pandemia através de um modelo econômico que concentrou a renda, aumentou o desemprego e a informalidade, e desativou políticas e programas de proteção social.

No contexto da pandemia, a insegurança alimentar está, portanto, diretamente associada a um incontestável empobrecimento da população, colocando a sociedade diante de desafios que vão além da crise sanitária. O governo, movido pelo negacionismo e por um falso conflito entre pandemia e economia, minimizou a necessidade de controle sanitário, recomendando remédios e terapias sem eficácia comprovada cientificamente, e apostou na imunidade de rebanho, desestimulando medidas de proteção com isolamento, distanciamento social, uso de máscaras, e a própria vacinação.

A falta de uma estratégia unificada de combate à pandemia fez com que a sociedade se orientasse por uma agenda errática de governos estaduais e municipais, cujas decisões oscilam entre o medo do colapso hospitalar e a falsa prioridade de preservar o emprego e a economia. Em tais condições, considerando as reconhecidas limitações de atendimento aos infectados, a sociedade, e em particular os mais vulneráveis, foi mais abertamente exposta ao risco de contaminação, ao mesmo tempo em que lhe foi negado suporte de renda adequado. A pandemia trouxe à tona a gravidade de problemas sociais

já existentes, chagas históricas para cuja assepsia é necessário reorientar a trajetória da economia brasileira e das políticas econômicas rumo à distribuição de renda e à provisão de uma rede de proteção pelo Estado.

2. DIAGNÓSTICO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR: VÍTIMAS HISTÓRICAS E AS NOVAS VÍTIMAS

Mais do que refletir as privações impostas pela pandemia do Coronavírus, os números relativos à insegurança alimentar confirmam uma tendência já em curso, com destaque para o período posterior a 2013, quando ocorre o enfraquecimento de políticas públicas de segurança alimentar (VASCONCELOS *et al*, 2019). Segundo dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF-IBGE), em 2018 houve uma inflexão na crescente condição de segurança alimentar que se estava alcançando no país, em comparação com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-IBGE) realizadas em 2004, 2009 e 2013, conduzidas com base na mesma metodologia da EBIA. Assim, o estado de insegurança alimentar identificado pelo Inquérito Vigisan- Rede PENSSAN não está vinculado apenas à pandemia do Coronavírus, mas a decisões políticas de desmantelamento de mecanismos de proteção social, de privatizações de empresas e instituições públicas, e de uma disciplina fiscal que tem retirado recursos de programas sociais.

Quadro 1 – Percentual da população nas condições de Segurança Alimentar e de Insegurança Alimentar leve, moderada e grave, segundo levantamentos da PNAD, POF e VIGISAN - em %

	SA	Insegurança Alimentar		
		Leve	Moderada	Grave
PNAD - 2004	64,8	13,8	12,0	9,5
PNAD - 2009	69,6	15,8	8,0	6,6
PNAD – 2013	77,1	12,6	6,1	4,2
POF – 2018	63,3	20,7	10,1	5,8
VIGISAN - 2020	44,8	34,7	11,5	9,0

Fonte: IBGE e Rede PENSSAN (2021).

Após ter evoluído positivamente a partir do início do milênio, quando a alimentação esteve no centro da agenda governamental sob o presidente Lula, a insegurança alimentar retornou à tona após 2015, como revelado pela POF-2018 e posteriormente pelo Vigisan-2020. Seguindo os parâmetros da EBIA (SEGALL-

CORRÊA; MARIN-LEON, 2009), os três levantamentos classificaram a insegurança alimentar nos níveis leve, moderada e grave. Este último nível se refere à fome, em que, por falta de dinheiro um membro adulto da família ingeriu alimentos em quantidade menor que o necessário, sentiu fome, mas não se alimentou, ou fez apenas uma refeição no dia. O nível de insegurança alimentar moderada é definido pelas situações em que os moradores, desprovidos de dinheiro, ingeriram os poucos alimentos ainda existentes em casa, ou que deixou de fazer alguma refeição. Por fim, o estado de insegurança alimentar leve se refere ao efetivo esgotamento dos alimentos ou à mera preocupação de que isso possa ocorrer antes que mais alimentos possam ser comprados, e também da insuficiência de recursos para manter uma alimentação saudável e variada. Enquanto este último se refere à qualidade da alimentação, os níveis moderado e grave revelam a menor ingestão quantitativa de alimentos.

Embora a insegurança alimentar tenha aumentado em todos os níveis, é preciso qualificar seu significado para além de sua expressão numérica. A redução significativa da proporção de famílias em estado de segurança alimentar após a PNAD-2013 se reflete no seu oposto, através de um aumento da parcela em insegurança alimentar em seus três níveis. Todavia, mais do que sugerir uma perda de qualidade da dieta com redução de sua diversidade e maior consumo de produtos industrializados e mais baratos, o fato da proporção das famílias em insegurança alimentar leve quase triplicar indica o deslocamento de famílias rumo à condição de insegurança alimentar derivada do menor poder de compra de sua renda.

Por sua vez, a variação também expressiva no nível de insegurança alimentar moderada indica uma transição de famílias rumo à pobreza, em que a renda disponível não permite que o padrão de consumo anterior seja mantido. Variação semelhante é observada também na proporção relativa ao nível grave de insegurança alimentar, a qual mais que dobrou durante o período considerado voltando ao diagnosticado em 2004.

Em termos absolutos, extrapolando para o total da população brasileira, é possível afirmar que mais da metade da população brasileira apresenta alguma forma de insegurança alimentar, enquanto quase 20 milhões de pessoas passam fome. Uma condição de vida inaceitável, não apenas por sua sinergia com a crise sanitária, mas principalmente por sua coexistência com níveis mais elevados de desigualdade derivado, de um lado, do desemprego e da perda de renda de trabalhadores e pequenos empresários, e, de outro, do crescimento desproporcional da riqueza dos mais ricos, haja vista o

aumento do número de milionários enquanto a crise sanitária se alastrava no país, quando milhões ao estado têm sido empurrados para a fome e a pobreza (FSP, 2021).

O aumento do número de famílias em estado de insegurança alimentar se refere tanto àquelas já vivendo em condições vulneráveis quanto às que se empobreceram nos últimos anos. Houve, assim, um deslocamento social para baixo de grupos da classe média rumo à pobreza, e daqueles já vivendo precariamente, rumo à extrema pobreza. Esse processo de clara deterioração social é um resultado direto da redução do poder de compra, pela redução da renda nominal ou aumento dos preços, para a qual contribuem decisivamente o aumento do desemprego, a informalidade do trabalho e a precarização dos programas de assistência governamental. Conseqüentemente o estado de insegurança alimentar tem sido mais grave nas famílias sujeitas à insuficiência de renda para contornar a ameaça da fome, a irregularidade das refeições ou a escassez ou de alimentos saudáveis. Um crescente número de famílias se vê, portanto, desprotegido dos meios necessários para sobreviver dignamente, tanto pela dinâmica dos mercados que aprofunda desigualdades e concentra renda, quanto pelas decisões políticas dos governos posteriores a 2016 de retirar o aparelho de Estado de seu papel de proteção social.

Nessas condições a insegurança alimentar é um desdobramento inevitável, em particular em sua manifestação mais severa. Assim é que em insegurança alimentar estão 22,8% das famílias com renda igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo, 15,6% daquelas com renda até 1/2 salário mínimo, 6,5% das que vivem com uma renda entre este valor e um salário mínimo, e nenhuma quando a renda é superior a este patamar. Esse panorama é percebido também quando são comparadas as condições de trabalho. Enquanto a insegurança alimentar grave era de 22,1 % entre os desempregados, chegava a 15,7% entre aqueles trabalhando na informalidade e 3,7 entre os que trabalhando com carteira assinada.

De uma maneira geral, a sociedade brasileira se viu diante de uma crise econômica cujos impactos, embora seletivos, deixou um vasto contingente populacional desprotegido e desprovido de recursos para atender suas necessidades básicas. O governo se tornou, assim, a fonte imprescindível de renda através do Programa Auxílio Emergencial (PAE), a exemplo do que tem ocorrido em muitos países. Mesmo que temporariamente, num mundo ainda contaminado pelo ideário da eficiência dos mercados, com as políticas de auxílio emergencial, o Estado passou a ocupar o protagonismo que lhe foi recusado desde que o credo neoliberal passou a orientar o

sentido das políticas públicas. No caso do Brasil, todavia, a obediência às orientações do capital financeiro combinada com a dificuldade dos tecnocratas de se desfazerem de uma cartilha inútil em tempos de crise, respaldadas pelo empecilho conveniente do teto de gastos, o PAE ficou muito aquém das necessidades crescentes impostas pelo empobrecimento da população. Destaque-se que não fosse uma forte pressão da sociedade civil organizada e do congresso, o valor concedido teria sido inferior aos R\$600 per capita aprovados. No entanto, este valor vigorou apenas até agosto de 2020, a partir de quando foi reduzido pela metade e ainda sujeito a novos critérios para acessá-lo, situação captada pelo levantamento do Inquérito Vigisan. Essa redução do benefício impactou diretamente no estado de segurança alimentar da população, uma vez que as famílias que solicitaram o auxílio e foram atendidas apresentaram um nível de insegurança alimentar grave de 28% frente a 10,2% para aquelas que não solicitaram. Deduz-se daí que, em vista da insuficiência do auxílio concedido, as famílias foram forçadas a abandonar o isolamento social, em busca de oportunidades de trabalho.

A iniciativa de recorrer ao Programa Auxílio Emergencial do Estado já é, em si, um recurso de última instância, resultante do empobrecimento estabelecido, ao qual se adicionou a perda de renda causada pela pandemia. Assim, se por um lado esta reposicionou as classes sociais em categorias inferiores, empurrando muitos à indigência e à extrema pobreza, por outro contribuiu para que as mazelas já existentes se tornassem mais visíveis. Ao circular em espaços tão desiguais o coronavírus revelou que a pandemia não é democrática, em particular pelos simples fatos de que as armas para combatê-lo não estão disponíveis para milhões de famílias. Ou seja, além da insuficiência de renda, as condições inadequadas de moradia, de acesso à água, assistência médica, etc., vieram à tona, revelando mais abertamente a extensão da desigualdade social que marca a sociedade brasileira.

Ademais da perda de renda, a insegurança alimentar foi sensivelmente agravada por um encarecimento dos alimentos básicos, o qual fez com que as famílias reduzissem a quantidade ingerida de alimentos, assim como prejudicasse a qualidade nutricional das refeições. Num desafio incompreensível à luz dos princípios superficiais de oferta e demanda, um surto inflacionário se formou enquanto a economia brasileira entrava em recessão. Embora explicações oficiais atribuíssem esse fenômeno à concessão do auxílio emergencial, olhares mais atentos percebiam os efeitos da desvalorização cambial e consequente aumento das exportações de produtos básicos da alimentação, o caso do arroz que notoriamente circulou na mídia brasileira. Na sequência e no sentido inverso, a

escassez momentânea levou o país à necessidade de importar produtos essenciais a preços mais elevados. Paralelamente a essa subordinação da segurança alimentar ao mercado internacional e a uma desvalorização persistente da moeda, o governo desmontou a política de estoques reguladores. Com isso, apenas os detentores de grandes estoques e os especuladores mercantis se beneficiaram da estratégia de livre mercado adotada pelo atual governo, enquanto produtores familiares, em grande parte dependendo de comerciantes locais, tiveram perda de renda devido à redução de preços. Relacionado a isso, constatou-se no Inquérito que 47,8% dos produtores rurais afetados pela redução de preços e de produção de alimentos, e 25,3% entre aqueles para os quais preços e produção não foram alterados, estavam em estado de insegurança alimentar moderada e grave. Essas condições predominam mais claramente entre segmentos sociais mais vulneráveis no campo, a exemplo de comunidades quilombolas e agricultores familiares negligenciados pela política agrícola.

Quadro 2 – Segurança e Insegurança alimentar leve, moderada e grave, segundo as regiões brasileiras – em %

	SA	Insegurança Alimentar		
		Leve	Moderada	Grave
Norte	36,9	31,0	14,1	18,1
Nordeste	28,1	41,1	17,0	13,8
Centro Oeste	46,7	34,6	11,7	6,9
Sul/Sudeste	53,1	32,3	8,6	6,0

Fonte: Rede PENSSAN (2021).

Essas informações evidenciam uma realidade fortemente destoante da dinâmica observada nos segmentos integrantes do agronegócio brasileiro ligado às tendências dos mercados globais. Em primeiro lugar chama atenção o fato de que a insegurança alimentar moderada era de 14,9% no meio rural e 10,9% no meio urbano, enquanto a grave era de 12% e 8,5% respectivamente. Em segundo lugar, esse quadro se apresenta diferentemente entre as regiões. Enquanto a insegurança alimentar grave nos domicílios rurais era de 38% na região Norte e 34,9% no Nordeste, no Centro Oeste e Sul/Sudeste era de 16,9% e 14% respectivamente. Além dessa disparidade regional relativa ao meio rural, observa-se que mesmo nas regiões cujas agriculturas são consideradas mais desenvolvidas, o nível de insegurança alimentar grave está bastante acima da média nacional. Mais do que isso,

esse contraste entre rural e urbano no campo da alimentação está imerso nos desequilíbrios regionais em seu espectro mais amplo.

Outro aspecto diretamente relacionado às diferenças regionais se refere à sinergia perversa entre fome e insuficiência de renda. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste 50% das famílias vivem com uma renda mensal per capita abaixo de meio salário mínimo e 25% com 1/4, no Sul/Sudeste e Centro Oeste a proporção é de menos de 10%. Assim, a insegurança alimentar é uma consequência direta da fragilidade econômica das famílias, cuja manifestação se dá desigualmente em termos espaciais e territoriais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base o Inquérito Vigisan, a insegurança alimentar, em especial em sua manifestação mais preocupante da fome e subnutrição, não decorre apenas da pandemia, mas de desequilíbrios estruturais que têm se acumulado historicamente no país. Sua gravidade, evidentemente desafia governos, em todos os seus níveis, e sociedade, não apenas para superar um problema conjuntural, mas para corrigir a trajetória da economia brasileira nas últimas décadas. Para tanto é preciso se desfazer das estratégias que, em busca de estabilidade e crescimento, impermeabilizaram o Estado às demandas da população mais vulnerável sociedade e o colocaram em sintonia com as necessidades emanadas do mercado, que resultaram em concentração contínua da renda e da riqueza por grandes corporações, agentes financeiros pelos grupos sociais mais afluentes.

Resolver os problemas relativos à insegurança alimentar de forma incisiva implica, portanto, em reconhecer a extensão das desigualdades sociais como um obstáculo para o desenvolvimento. Se o modelo econômico dominante criou as condições propícias para a insegurança alimentar e aumento da pobreza, superá-las envolve reorientar a economia numa direção inversa. A partir daí é necessário resgatar o protagonismo do Estado numa agenda que priorize a proteção social, acompanhada de mecanismos de distribuição de renda, progressividade do regime tributário, valorização da educação pública, e que recupere políticas voltadas para a produção de alimentos através da agricultura familiar, para a proteção ambiental em todas as suas frentes, etc.

Por isso, ações de solidariedade que emergiram na sociedade durante a pandemia são relevantes, mas também são paliativos, pois ao mesmo tempo em que contribuem para que a sociedade reconheça a importância das instâncias coletivas da vida social, não necessariamente garantem que esta sociedade se desfaça dos valores individualistas que têm contribuído para a normalização malthusiana da fome e da pobreza. Da mesma forma,

iniciativas filantrópicas são medidas de socorro momentâneo baseadas numa narrativa que superficializam problemas estruturais como algo a ser superado nos limites do *status quo*. E o papel do Estado? “O mercado não produz por si mesmo o elo social, ao contrário, ele destrói”, e defender um Estado Social “trata de uma escolha de valores ou, antes, uma escolha de sociedade” (CASTELL, 2000, p. 33). Olhar para a fome e combater a insegurança alimentar envolve entendê-las em todas as suas dimensões e profundidade, não apenas como uma consequência da pandemia. Vencer esta não será suficiente para eliminar aquelas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS (AIN). 2020. **Pnad Contínua: taxa de desocupação é de 12,9% e taxa de subutilização é de 27,5% no trimestre encerrado em maio de 2020.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28110-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-27-5-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2020>

ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. **As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT.** (orgs.) São Paulo: Editora Unesp, 2019.

CASTELL, Robert. A escolha do Estado social. **Sociologias**, nº 3, jun/jul, 2000. p. 18-34.

COHN, Amélia. **As políticas de abate social no Brasil contemporâneo.** Lua Nova, São Paulo, n. 109, p. 129-160, Abr, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO (FSP). **20 brasileiros entram no ranking de bilionários da Forbes.** Publicado em 06.04.2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/20-brasileiros-entram-no-ranking-de-bilionarios-da-forbes.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HORTON, R. **Offline: COVID-19 is not a pandemic.** The Lancet, v. 396, sept. 26, 2020.

OXFAM. **O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto.** Comunicado de Imprensa OXFAM-BRASIL 8 julho 2020. Disponível em: <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/O-Virus-da-Fome-FINAL.pdf> Acesso 22/09/2020

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>

SABOURIN, E; GRISA, C; NIEDERLE, P; PEREIRA LEITE, S; MILHORANCE, C; DAMASCENO FERREIRA, A; SAUER, S; ANDRIGUETTO-FILHO, JM. **Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil.** Cah. Agric. 29: 31, 2020. Disponível em: https://www.cahiersagricultures.fr/articles/cagri/full_html/2020/01/cagri200104/cagri200104.html

SEGALL-CORRÊA, A. B.; MARIN-LEON, L. **A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009.** Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 1-19, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>

VASCONCELOS, F. A. G; MACHADO, M. L.; MEDEIROS, M. A. T.; NEVES, J. A.; RECINE, E.; PASQUIM, E. M. **Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer.** Rev Nutr. 2019; 32:e180161. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>

Recebido em 30 de março de 2021 e aceito em 04 de maio de 2021.